



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE FÍSICA - LICENCIATURA

DEIVSON DOS SANTOS MORAIS

LGBTFOBIA EM ESCOLAS PERNAMBUCANAS: um estudo sobre políticas
públicas e atuação da gestão escolar

Caruaru
2024

DEIVSON DOS SANTOS MORAIS

LGBTFOBIA EM ESCOLAS PERNAMBUCANAS: um estudo sobre políticas públicas e atuação da gestão escolar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Física - Licenciatura do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel/licenciado em Física.

Área de concentração: Gestão escolar.

Orientador (a): Ernesto Arcenio Valdéz Rodriguez

Coorientador (a): Maria Do Carmo Gonçalo Santos

Caruaru

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Morais, Deivson dos Santos.

LGBTfobia em escolas pernambucanas: Um estudo sobre políticas públicas e atuação da gestão escolar / Deivson dos Santos Moraes. - Caruaru, 2024.
36 p. : il.

Orientador(a): Ernesto Arcenio Valdéz Rodriguez

Coorientador(a): Maria Do Carmo Gonçalo Santos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Física - Licenciatura, 2024.

1. Gestão Escolar. 2. LGBTfobia. 3. Clima Organizacional. I. Rodriguez, Ernesto Arcenio Valdéz. (Orientação). II. Santos, Maria Do Carmo Gonçalo. (Coorientação). IV. Título.

370 CDD (22.ed.)

DEIVSON DOS SANTOS MORAIS

LGBTFOBIA EM ESCOLAS PERNAMBUCANAS: um estudo sobre políticas
públicas e atuação da gestão escolar

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Física - Licenciatura do Campus Agreste da
Universidade Federal de Pernambuco –
UFPE, na modalidade de monografia,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de bacharel/licenciado em Física.

Aprovada em: 27/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ernesto Arcenio Valdéz Rodriguez (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcelo Henrique Goncalves De Miranda (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Maria Fabiana Da Silva Costa (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a todas as pessoas LGBTQIAPN+ que, em meio à obscuridade do preconceito, não puderam questionar, falar ou ser plenamente ouvidas. De maneira especial, dedico esta obra a todas as pessoas LGBTQIAPN+ que cruzaram meu caminho no ambiente escolar, e cujas lutas e silêncios não pude apoiar como desejava. Que este trabalho seja um tributo às suas jornadas e um chamado à construção de um ambiente escolar mais acolhedor, inclusivo e livre de preconceitos. Que as vozes outrora silenciadas ecoem agora em busca de igualdade, respeito e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha profunda gratidão a todos que desempenharam papéis fundamentais para a realização deste trabalho. Em especial, agradeço imensamente ao meu orientador e à minha coorientadora, cuja orientação e apoio foram inestimáveis durante toda a pesquisa. Um agradecimento especial é direcionado aos meus pais, que foram incríveis ao sempre insistirem e me darem forças para superar os desafios desta jornada acadêmica. Também gostaria de agradecer aos meus amigos Daniel Wesley, Jonas Domingos (Aurélio) e Guilherme Paulino, que, de alguma forma, acreditaram e estiveram comigo nessa jornada, sendo confiança e apoio essenciais. (Digo de verdade, foi um prazer conhecer cada um de vocês <3)

Agradeço a Deus pela paciência e determinação que me permitiram não desistir nos momentos difíceis. Sou grato à Universidade Federal de Pernambuco e à existência do auxílio estudantil, pois não teria alcançado o que alcancei sem esse suporte. Estendo meu reconhecimento a todas as pessoas que, voluntariamente, participaram da pesquisa, compartilhando valiosas experiências. Agradeço a todos que tornaram possível a realização deste trabalho.

Além disso, novamente expresso minha gratidão a vocês e a cada pessoa com quem estabeleci laços na faculdade, desde colegas de classe a funcionários, como professores, limpeza, segurança e merenda, entre outros. Espero que essas conexões transcendam o ambiente acadêmico e perdurem ao longo da vida.

“O fato de não falarmos sobre alguma coisa não anula a sua existência. Não falar sobre o preconceito não faz com que ele deixe de existir. Ele continua existindo, porém de forma velada” (Lúcia Facco, 2009, p. 327).

RESUMO

Este estudo investigou o papel da gestão educacional na promoção de um ambiente escolar livre de preconceitos de gênero e sexualidade em Pernambuco. As concepções de gênero e sexualidade, e a análise das práticas pedagógicas no meio escolar, servirá como alicerce para compreendermos a complexidade dessas questões e orientar a investigação que busca aprofundar as experiências e percepções dos participantes. A metodologia adotada foi qualitativa, permitindo uma análise aprofundada das experiências e percepções dos participantes, através da análise de conteúdo. Utilizamos formulários via *Google Forms*, direcionados a graduandos da UFPE, com o público-alvo composto por indivíduos que concluíram a educação básica, contando com 38 participantes. Os resultados revelaram uma prevalência significativa de atos LGBTfóbicos, especialmente no ensino médio, com metade dos participantes indicando negligência da equipe escolar diante dessas situações. A falta de preparo e de formação continuada dos profissionais da educação foi evidente, destacando a urgência de práticas pedagógicas que abordem questões de gênero e sexualidade de maneira abrangente. A pesquisa apontou a necessidade de uma mudança efetiva no ambiente escolar, enfatizando a importância de ações conjuntas entre gestores, educadores e políticas públicas para construir um espaço inclusivo que promova o respeito à diversidade, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para uma sociedade mais justa e igualitária. Essas conclusões ressaltam a importância de medidas assertivas e de uma abordagem proativa para criar ambientes educacionais mais acolhedores, preparando gestores e educadores para enfrentar os desafios do preconceito e garantindo o pleno exercício dos direitos individuais de todos os estudantes.

Palavras-chave: Gestão Escolar; LGBTfobia; Clima Organizacional.

ABSTRACT

This study investigated the role of educational management in promoting a school environment free from gender and sexuality prejudices in Pernambuco. The conceptions of gender and sexuality, and the analysis of pedagogical practices in the school environment, will serve as a foundation for understanding the complexity of these issues and guide the investigation that seeks to deepen the experiences and perceptions of the participants. The methodology adopted was qualitative, allowing an in-depth analysis of the participants' experiences and perceptions, through content analysis. We used forms via Google Forms, aimed at UFPE graduates, with the target audience made up of individuals who completed basic education, with 38 participants. The results revealed a significant prevalence of LGBTphobic acts, especially in high school, with half of the participants indicating negligence on the part of school staff in the face of these situations. The lack of preparation and continued training of education professionals was evident, highlighting the urgency of pedagogical practices that address issues of gender and sexuality in a comprehensive manner. The research highlighted the need for an effective change in the school environment, emphasizing the importance of joint actions between managers, educators and public policies to build an inclusive space that promotes respect for diversity, contributing to the integral development of students and a more inclusive society. fair and egalitarian. These conclusions highlight the importance of assertive measures and a proactive approach to create more welcoming educational environments, preparing managers and educators to face the challenges of prejudice and ensuring the full exercise of individual rights for all students.

Keywords: School Management; LGBTphobia; Organizational Climate.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAA	Campus Acadêmico do Agreste
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias, + (demais identidades não mencionadas)
PROGEPE	Programa de Formação de Gestores Escolares de Pernambuco
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	UMA VISÃO SOBRE GESTÃO ESCOLAR.	13
3	CONCEPÇÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE.	15
3.1	DESAFIOS DA INCLUSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	16
3.2	GESTÃO E GÊNERO	20
4	METODOLOGIA.....	22
5	DISCUSSÕES E RESULTADOS.	24
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.	34
	REFERÊNCIAS.	35

1 INTRODUÇÃO

No decurso da licenciatura, durante uma disciplina de formação de professores em física, uma pergunta feita por uma professora que jamais saiu da minha memória. Ela indagou: “Vocês realmente foram felizes em sua fase escolar? A escola era algo prazeroso para vocês? O que é escola para vocês?” Essa provocação gerou reflexões profundas, instigando uma análise crítica sobre a natureza da experiência escolar. Esta reflexão, aliada à percepção de um ambiente educacional permeado por preconceitos e intolerâncias, serviu como ponto de partida para este estudo.

O presente trabalho emerge da necessidade da observação das dinâmicas presentes nas escolas de educação básica, onde, muitas vezes, discursos e atitudes preconceituosas, particularmente relacionadas a gênero e sexualidade, se manifestam. Estes comportamentos, por vezes enraizados na cultura e ignorados pela gestão escolar, contribuem para a criação de um ambiente denso e hostil, impactando negativamente o bem-estar dos estudantes e podendo resultar em evasão escolar. Ressaltamos que, além da gestão da escola, a gestão educacional dos sistemas escolares, frequentemente, não contribui devidamente com o trabalho das escolas, em relação à educação antilgbtfóbica.

Ao longo deste trabalho, buscamos como objetivo geral: Analisar, por meio das percepções de alunos egressos de escolas públicas e privadas, ações por parte da gestão escolar no que diz respeito ao combate da LGBTfobia. Este estudo se desdobra nos objetivos específicos que inclui mapear os desafios encontrados na atuação da equipe escolar; e verificar a atuação da equipe escolar diante dos preconceitos de LGBTfóbicos.

Este trabalho busca contribuir para o entendimento das práticas e desafios enfrentados pela gestão escolar diante dos preconceitos de gênero e sexualidade, com a esperança de promover reflexões e debates construtivos que possam inspirar a implementação de políticas educacionais junto a práticas pedagógicas mais inclusivas e equitativas. Afinal, uma gestão escolar comprometida não apenas com a eficiência administrativa, mas também com a promoção de um ambiente respeitoso e acolhedor, é fundamental para o desenvolvimento integral e saudável dos estudantes, representando um passo crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Após uma análise introdutória sobre a relevância da gestão escolar na abordagem dos preconceitos de gênero e sexualidade, este trabalho se desdobrará em seções estruturadas para aprofundar esse entendimento. Iniciaremos expondo as categorias teóricas fundamentais que sustentam nossa pesquisa, proporcionando uma base conceitual sólida. Posteriormente, apresentaremos a metodologia empregada, descrevendo os instrumentos e procedimentos de coleta de dados. Por fim, concluiremos com reflexões que buscam contribuir para a implementação de políticas educacionais com práticas pedagógicas mais inclusivas e equitativas, promovendo ambientes escolares respeitosos e acolhedores.

2 UMA VISÃO SOBRE GESTÃO ESCOLAR

A gestão escolar é imprescindível para um bom funcionamento da escola, sendo ela a maior instância a quem recorrer dentro da instituição escolar. Émerson Santos (2019) mostra as evoluções dos conceitos da administração escolar ao longo do tempo para entendermos como chegou ao que conhecemos hoje como gestão escolar. Os primeiros estudos que nortearam a administração escolar foram construídos com a base da Teoria Geral da Administração (TGA), que era o único conceito de administração escolar disponível na época.

Porém, apesar da gestão escolar guardar relação com a administração geral, “a gestão escolar não pode ser compreendida como uma mera especialização da administração geral” (Santos, 2019, p. 60). Nessa visão, a administração geral pode estar relacionada à gestão escolar, devido à dimensão técnico-burocrática que também envolve a gestão, mas não se limita a ela. No âmbito escolar os fundamentos não são os mesmos, pois o foco não é a produção, mais sim a construção de um ambiente propício para a uma educação de qualidade com equidade.

A construção de uma cultura organizacional acolhedora, que diz do clima da instituição, das relações, da identidade das escola, tem muitas importâncias para o bem-estar de toda equipe escolar; inclusive, a dos alunos, apontando Heloísa Lück (2009) *apud* Santos (2019, P. 25) que

É responsabilidade da gestão escolar atuar de forma a promover o respeito às diferenças e criar uma cultura organizacional compatível com a necessária para que todos/as estudantes possam permanecer na escola. Nesse sentido, a gestão escolar não deve ser negligente diante de situações de Homofobia/LGBTfobia escolar.

E na construção do ambiente escolar, Santos (2019, p. 71) informa que “Compete, então, aos/às gestores/as das escolas buscarem estratégias de atuação junto aos grupos mais vulneráveis, a fim de garantir-lhes a convivência em uma cultura escolar que seja inclusiva, acolhedora e que respeite as diferenças”. É papel da gestão ter um olhar mais atento ao clima organizacional, procurando desenvolver práticas pedagógicas sempre que necessário para reduzir o preconceito. Assim como a gestão pode ser mantedora da desigualdade, ela também pode atuar para superar essa desigualdade (Santos, 2019).

Na visão de Miguel Arroyo (2020), a gestão desempenha um papel central

para superar as injustiças sociais, e a escola deve estar atenta a propiciar uma educação humanizadora para todos, inclusive, aqueles que já vivenciam uma injustiça social. Práticas pedagógicas que promovam a equidade de gênero e de sexualidade podem provocar a desconstrução de preconceitos e discriminação, propiciando um ambiente acolhedor e sadio, pois:

Atuação da gestão escolar tanto pode colaborar com a perpetuação de violências, exclusões e marginalizações no interior das escolas, como também pode estimular uma reflexão sobre tais práticas violentas, fomentando assim condições de surgimento de possibilidades para construção de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo (Santos, 2019, p. 64)

Para isso, sendo importante a atuação de uma gestão democrática, que segundo Eliene Silva (2009, p. 77), define-se como “uma escola com gestão democrática é aquela em que o gestor dialoga com o coletivo da escola e cujas práticas pedagógicas têm como meta a formação do aluno autônomo para viver numa sociedade democrática”. Essa abordagem é fundamental para construir um local de convivência e diálogo possibilitando uma formação crítica e participativa. A gestão democrática possibilita a abertura para relações verticais, a escuta e fala acolhedoras de todos os integrantes que fazem parte da comunidade escolar, criando um ambiente acolhedor e menos excludente.

Dessa forma, o trabalho da gestão não se limita apenas a questões administrativas, mas também inclui a responsabilidade de estar atenta ao clima organizacional construído na escola, a partir da participação coletiva. Isso envolve prestar atenção aos alunos, inclusive àqueles que fazem parte de grupos marginalizados, evitando assim o bullying e discriminações relacionadas à raça, sexualidade, gênero e outros tipos de preconceitos, contribuindo para tornar o ambiente escolar acolhedor com toda pluralidade (Santos, 2019).

Dessa forma, evidenciamos a abordagem da gestão democrática como aquela que está atenta à complexidade das relações sociais, que está voltada para a construção de uma cultura organizacional própria e, por isso mesmo, comprometida com a justiça social (Arroyo, 2020).

3 CONCEPÇÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

Os estudos relacionados a gênero vêm ganhando espaço crescente em pesquisas educacionais no Brasil (Émerson Santos; Allene Lage, 2018), possibilitando uma melhor compreensão sobre gênero, que proporcionou “uma reorganização teórica que pretende enfrentar o machismo e o heterossexismo” (Rafael Vieira, 2013, p. 25 *apud* Santos, 2019, p. 77).

O conceito de gênero transcende as categorias tradicionais e se revela como uma construção social complexa, influenciada por uma interseção dinâmica de fatores biológicos, culturais e individuais. Neilton Reis e Raquel Pinho (2016) trazem a ideia de que gênero não se limita apenas à dicotomia homem-mulher, mas reflete um espectro diversificado de identidades que desafiam as normas pré-estabelecidas.

A compreensão de gênero vai além do binarismo e explora a fluidez e a multiplicidade das experiências humanas, reconhecendo a importância das questões de poder, representação e autonomia na formação das identidades de gênero.

O desafio de compreender as especificidades das categorias gênero, sexo e sexualidade e suas relações interpela o campo teórico e também prático a compreender suas idiossincrasias, tendo em vista que, geralmente, são tratados como uma coisa só.

Reis e Pinho (2016, p. 9) afirmam que todas as definições de gênero “demonstram gênero como uma forma de organização social dos sexos”, convergindo com o mesmo pensamento de Joan Scott (1989, p. 7) quando se refere a gênero “como uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. Isso mostra que gênero é uma construção social incorporada de acordo com os padrões socioculturais, sendo o conceito do “ser” homem ou “ser” mulher, diferente em cada contexto de sociedade. A identidade de gênero “se caracteriza na concepção individual de sou homem, sou mulher ou sou um gênero a parte dessas opções; enquanto que a expressão de gênero é a representação física – incorporada – dessa identificação.” (Reis; Pinho, 2016, p. 10)

Scott (1989) trata gênero como categoria política, que problematiza as relações de poder diretamente ligadas ao binarismo entre masculino e feminino, que compõe a base heteronormativa. Para Lorenzo Bernini (2011) *apud* Reis e Pinho (2016, p. 12), esse esquema de poder compreende os três grandes polos caracterizados na base heteronormativa: “nos polos sexuais biológicos (macho ou fêmea – tendo por base a

constituição genital), nos polos de gênero (papéis sociais de homens ou mulheres) e na orientação sexual (voltando o prazer para o desejo heterossexual).” Esses polos formam a base que compõe a matriz heteronormativa.

Nesse mesmo sentido, Reis e Pinho (2016) chamam a atenção para a construção sociocultural de maneira binária entre macho e fêmea, derivada de um determinismo biológico. Esse modelo cria uma dualidade que delimita os papéis masculinos e femininos, resultando na ideia de que “ser homem implica em não ser mulher, em rejeitar todo e qualquer marcador identitário inscrito no universo feminino.” (Reis; Pinho, 2016, p. 11)

Numa perspectiva binária de gênero, o masculino exerce poder sobre o feminino, inferiorizando e desdenhando de tudo que não está ligado ao masculino hegemônico. Dessa forma qualquer relação que desvie dessa regra é vista como uma aberração (Reis; Pinho, 2016).

A sexualidade, em sua essência multifacetada, transcende meramente a dimensão física das relações sexuais. Ela abrange um espectro vasto de aspectos intrínsecos à experiência humana, incluindo a expressão do desejo, a identidade de gênero, a orientação afetiva, e as complexidades emocionais que permeiam as interações interpessoais.

Santos (2019) explica que sexualidade e gênero são categorias interconectadas, pelo fato do gênero e sexualidade serem elementos de reprodução de relações de poder, mas separados pois não é o sexo biológico que vai definir a sexualidade e identidade de gênero.

Para Alípio Filho (2009), a orientação sexual é uma construção que envolve vários fatores, como biológicos, psicológicos, sociais e culturais, refletindo a diversidade e individualidade de cada pessoa. Ela vai além das fronteiras normativas, desafiando estigmas e promovendo uma compreensão mais aberta e inclusiva das diferentes formas de vivenciar e expressar a sexualidade.

Em um contexto mais amplo, explorar a sexualidade não apenas enriquece a compreensão da experiência humana, mas também impulsiona a promoção de sociedades mais tolerantes e respeitadas com a diversidade sexual.

3.1 DESAFIOS DA INCLUSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A temática de gênero desempenha um papel central no contexto educacional, sendo um campo complexo e multifacetado que permeia as interações sociais e influencia diretamente as experiências no ambiente escolar. No âmbito da educação, a compreensão das relações de gênero se torna fundamental para promover ambientes inclusivos e respeitosos. Nesse contexto, é essencial analisar como as concepções tradicionais de gênero moldam as práticas pedagógicas e como desafios relacionados à diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero são enfrentados.

De acordo com Santos (2019), ao abordar gênero e sexualidade, é importante reconhecer que as instituições de ensino não são neutras nem iguais para todos, pois são permeadas por bases heteronormativas. Esse contexto torna-se especialmente difícil para aqueles que não se enquadram nos padrões heteronormativos, como observado por Santos (2019, p. 85):

Tudo isso ocorre para manter os sujeitos dentro do padrão normativo de sexualidade e de gênero. Aqueles/as que atravessam a fronteira dos padrões passam a ser classificados como estranhos, anormais e indesejáveis, sendo alvo de constantes punições e perseguições.

Essas barreiras enfrentadas por aqueles que vivem nas "fronteiras da sexualidade" são frequentemente refletidas nos ambientes escolares, sendo um reflexo das dinâmicas sociais mais amplas e, portanto, encontrando resistência, especialmente no aspecto político. É evidente a ocorrência desses ataques quando o Estado tenta implementar políticas que promovam a igualdade e reduzam a LGBTfobia nos planos educacionais.

Segundo Santos (2019), no ambiente escolar, os preconceitos LGBTfóbicos vêm sendo fortemente alimentados para combater o que chamam de "ideologia de gênero". Fernando Balieiro (2018) explica que esse termo é uma reação contra políticas que reconhecem as diferenças de sexualidade e gênero, com discursos fundamentalistas criando uma imagem das crianças sob ameaças. Nesse contexto, de acordo com Richard Miskolci (2018), O fantasma da "ideologia de gênero" espalhado na sociedade surgiu justamente quando estados e municípios discutiam, respectivamente, seus planos estaduais e municipais de educação. Os planos de educação (municipais, estaduais e federais) definem políticas públicas para o decênio. Por serem políticas de Estado e não, especificamente, de governo, podem possibilitar metas a longo prazo que garantam uma certa permanência e estabilidade.

Em relação a gênero e sexualidade, podem favorecer um investimento financeiro, inclusive, em formação e práticas pedagógicas voltadas para a redução dos preconceitos nas escolas. Assim,

A censura ao termo gênero nos planos educacionais – assim como a outros como identidade de gênero – não é mera questão semântica, mas ação deliberada de impedir o aprendizado de meios para a demanda de igualdade e autonomia por parte de mulheres, assim como o de direitos fundamentais como segurança e respeito à própria vida no caso de homossexuais, pessoas trans, entre outrxs (Miskolci, 2018. p. 8).

Esse golpe na democracia revelou alianças entre interesses políticos, econômicos e religiosos, visando à perpetuação das desigualdades na sociedade, começando pelas escolas. A inclusão de gênero e sexualidade nos planos de educação é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas pedagógicas mais inclusivas, combatendo o preconceito nessas áreas. Para Maria Santos (2022), essa censura representa um artifício de silenciamento que visa promover as diversas formas de desigualdade existentes.

Entretanto, a retirada de gênero e de sexualidade dos referidos planos não indica sua proibição nas práticas pedagógicas, mas comprometem, por exemplo, a garantia das discussões no currículo, no investimento em formação e materiais didáticos antissexista e antilgbtfóbico. O silenciamento nas políticas educacionais contribui cada vez mais com a invisibilidade das pessoas que não seguem o padrão heteronormativo, favorecendo assim a negligência e o aumento da violência LGBTfóbica, principalmente, em ambientes escolares.

Na visão de Rogério Junqueira (2009), esse ocultamento muitas vezes ocorre por se presumir a heterossexualidade, fazendo crer que não há pessoas com outras sexualidades diferentes da normativa, invisibilizando pessoas LGBTQIAPN+, dificultando o reconhecimento de que também são formas legítimas de viver.

Essa invisibilidade a que estão submetidas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais comporta a sua exclusão enquanto tais do espaço público e, por isso, configura-se como uma das mais esmagadoras formas de opressão (Junqueira, 2009, p. 30).

Confirmando Santos (2019), o quão terrível o silenciamento do ambiente escolar pode ser para aqueles que não atendem aos padrões heteronormativos, podendo contribuir principalmente com a evasão escolar, pois

A escola torna-se, no que se refere à sexualidade, um local de ocultamento. Mais do que isso, a escola cria uma homofobia compartilhada com a família e com outros espaços sociais, expressando uma certa ojeriza às sexualidades que não se enquadram na heterossexualidade normativa, “como se a homossexualidade fosse “contagiosa”. (Guacira Louro, 2001, p. 29) *apud* Jane Felipe; Alexandre Bello, 2009, p. 151).

A atmosfera criada no ambiente escolar pode ser profundamente traumática para os estudantes, deixando marcas que perduram ao longo de suas vidas. Essa experiência não apenas afeta sua capacidade de se relacionar socialmente, mas também pode resultar em traumas emocionais duradouros. Nesse mesmo sentido, Maria Bujes (2000) *apud* Felipe e Bello (2009, p. 149) complementam, dizendo que:

Não só a escola, mas várias outras instâncias sociais, tais como a família, a igreja, a mídia, costumam, por meio de seus discursos, aprisionar, controlar, regular os sujeitos, subjetivando-os a partir de disciplinamentos que são próprios da cultura na qual estão inseridos.

Não cabe à escola, como um ambiente laico, fazer julgamentos de valores morais. Nesse sentido, quando a gestão atua com negligência, sem prestar um atendimento adequado à vítima, sem apurar as devidas causas de violências, ou até quando ela persegue estudantes LGBTQIAPN+, não respeitando o uso do nome social, por exemplo, ela passa a ser agente de discriminação. De outra forma, quando a gestão escolar assume a postura de enfrentamento ao preconceito, buscando uma cultura inclusiva e acolhendo os casos de violências prestando apoio às vítimas, ela passa a ser um dos caminhos de superação do preconceito e da discriminação (Santos, 2019). Assim, para Fernando Seffner (2009, p. 129), “a escola pública brasileira necessita livrar-se da sina de ser um local de exclusão, o que não é tarefa fácil, pois ela está marcada fortemente por este sinal”. Colaborando com Seffner, Junqueira (2009, p. 34) explicita que

É comum que tais profissionais declarem não saber como agir quando um estudante é agredido por parecer ou afirmar ser homossexual, bissexual ou transgênero. O que dizer a ele ou a uma turma geralmente hostil? O assunto deve ser levado a pais e mães? (Junqueira, 2009, p. 34).

Essas situações mencionadas mostram as dificuldades que podem surgir entre os profissionais que atuam em ambientes escolares ao lidarem com casos LGBTfóbicos, devido à falta de preparo desses profissionais.

Assim, a gestão escolar deve estar preparada para lidar com questões de gênero e sexualidade, pois desempenha um papel fundamental na orientação e apoio

das práticas pedagógicas, promovendo a qualidade da educação e criando um ambiente propício para o diálogo e a aprendizagem. Ao reduzir os preconceitos e capacitar os profissionais, a gestão contribui significativamente para um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

3.2 GESTÃO E GÊNERO

Como anteriormente mencionado, a gestão escolar desempenha um papel fundamental na promoção de ambientes escolares inclusivos e respeitosos, onde questões de gênero e sexualidade devem ser discutidas de maneira aberta e acolhedora. É essencial que os gestores estejam capacitados para lidar com essas questões, tanto no desenvolvimento do currículo de capacitação quanto na organização de encontros pedagógicos destinados a aprimorar as habilidades e conhecimentos de suas equipes. Uma gestão escolar consciente da importância do debate sobre gênero e sexualidade contribui não apenas para a formação integral dos estudantes, mas também para a construção de uma cultura institucional que promova a igualdade, o respeito e a diversidade. Dessa forma, investir na capacitação e no apoio contínuo aos gestores é fundamental para garantir ambientes escolares mais justos e acolhedores para todos.

Nesse sentido, Santos (2019), em sua pesquisa, consulta os materiais de capacitação do programa de formação de gestores escolares de Pernambuco (PROGEPE) ao analisar a parte formativa dos gestores no curso de aperfeiçoamento em gestão escolar oferecido pela PROGEPE, destaca a carência na formação sobre gênero e sexualidade. Quando ele afirma que “[...] uma grande oportunidade foi perdida quando a Secretaria de Educação de Pernambuco não buscou inserir discussões sobre gênero e sexualidade na formação dos/as gestores/as escolares.” (Santos, 2019, p. 147). Isso evidencia a necessidade em dispor de abordagem curricular e formação de currículo que possa promover a discussão entre gênero e sexualidade nos cursos de aperfeiçoamento em gestão escolar, ressaltando a importância de desenvolver meios de políticas públicas educacionais que ofereçam suporte à equipe escolar diante de preconceitos motivados por gênero ou sexualidade. Conforme destaca Santos (2019, p. 69):

Compete à gestão escolar proporcionar as condições ideais para o acesso e a permanência na escola dos/as discentes de todos os grupos sociais. A escola e a sua gestão devem respeitar as diferenças de todos/as os/as seus/suas estudantes e deve atuar com vistas a coibir casos de violências e segregações.

Diante dos diversos cenários em que estudantes LGBTQIAPN+ muitas vezes são expostos, requer um trabalho de gestão que articule escola e comunidade, escute as demandas das e dos estudantes e planeje ações voltadas para a justiça social. É fundamental que a equipe escolar se envolva na promoção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade de gênero e de orientação sexual, como palestras, formação continuada para funcionários, entre outros meios de práticas pedagógicas, para estabelecer um ambiente de inclusão, pois

O atual contexto social requer uma gestão escolar democrática, aberta e atenta às transformações sociais. Além disso, é necessário que os/as gestores/as escolares estejam cientes das políticas públicas educacionais e suas obrigações (Santos, 2019, p. 127-128).

Apenas através da promoção desse entendimento, os gestores podem criar e sustentar um ambiente escolar mais justo e equitativo. Isso vai além da simples compreensão das políticas públicas educacionais, pois requer um compromisso ativo na implementação de práticas e políticas que promovam a equidade, a diversidade e o respeito pelos direitos de todos os estudantes.

4 METODOLOGIA

As pesquisas, de acordo com Antônio Gil (2002), podem ser situadas em diferentes tipos de abordagem, que se relacionam com o objeto, mas, sobretudo, com a concepção do pesquisador. Quanto à natureza, caracterizamos nossa pesquisa como básica, com abordagem qualitativa, na qual realizamos análise de conteúdo.

Segundo Cecília Minayo (2002), as pesquisas qualitativas respondem a questões particulares das ciências sociais em que não pode ser quantificado. Essas características são as que mais se enquadram na nossa pesquisa, uma vez que nossa temática busca justamente essas experiências que envolvem essas particularidades nas relações humanas, as quais não podem ser quantificadas.

O campo de pesquisa foi a Universidade Federal de Pernambuco - CAA, realizado por meio virtual via formulário do *Google*, sendo divulgado em vários murais de aviso da universidade e em grupos de *WhatsApp*, com o objetivo de alcançar alunos das cidades do estado pernambucano, abrangendo tanto a esfera pública quanto a privada de ensino.

O critério para a escolha dos sujeitos da pesquisa foi ser estudante da UFPE - CAA, já que esses alunos são provenientes de diversas cidades pernambucanas, possibilitando assim relatos de suas vivências durante a fase escolar.

A pesquisa foi conduzida entre julho e agosto de 2023, contando com a participação voluntária de 38 pessoas de vários cursos de graduação, todos atendendo ao requisito de terem concluído o ensino médio. Os alunos eram dos cursos de licenciatura em química, física, matemática e pedagogia, além dos cursos de ciências econômicas, design, comunicação social e bacharelado interdisciplinar do CAA, provenientes de 17 cidades de Pernambuco. Entre eles, 19 das 38 pessoas se indentificaram heterossexuais, enquanto a outra metade se identificou como possuindo outras sexualidades diferentes da heterossexualidade, sendo que todos os estudantes se dispuseram a responder voluntariamente à pesquisa, respondendo aos questionários aplicados por meio do *Google Forms*, garantindo o anonimato das respostas.

Antônio Gil (2008) define questionário como uma técnica de investigação que consiste em uma série de perguntas destinadas a serem respondidas por pessoas, com o objetivo de adquirir informações sobre uma variedade de aspectos, com sentimentos, crenças e outros tipos de conhecimentos, buscando respostas tanto do

presente quanto do passado, entre outros aspectos.

As questões contidas nos questionários aplicados no *Google Forms* foram elaboradas de forma a incluir perguntas fechadas, abertas e dependentes, possibilitando a coleta de relatos importantes para esta pesquisa. As perguntas visavam responder aos objetivos de pesquisa, analisando as ações por parte da equipe escolar no que diz respeito ao combate da LGBTfobia, por meio das percepções de alunos egressos de escolas públicas e privadas.

As perguntas foram divididas em quatro categorias. Na primeira, buscamos identificar informações básicas sobre os participantes, como a cidade em que cursaram o ensino médio, o ano de conclusão e o curso de graduação atual. Na segunda categoria, procuramos identificar o nível de conhecimento de cada participante sobre gênero e sexualidade. Na terceira categoria, aprofundamos a coleta de informações e relatos sobre a ocorrência ou testemunho de atos de LGBTfobia no ambiente escolar. Por fim, na última categoria, investigamos a percepção dos participantes sobre a presença de políticas públicas educacionais, onde disponibilizamos algumas políticas para que eles identifiquem as mais presentes no ambiente escolar.

A análise dos dados foi embasada nas obras dos principais autores discutidos ao longo deste trabalho. Exploramos os aspectos da gestão escolar com base nas contribuições de Santos (2019) e também abordamos o ambiente escolar, considerando as dimensões de gênero e sexualidade com as contribuições de Junqueira (2009). Essas análises colaboraram para uma compreensão acerca do papel da gestão na construção de um ambiente escolar acolhedor, comprometido com a equidade de gênero e sexualidade.

Além disso, nossa análise incluiu os atuais estudantes da UFPE - CAA que concluíram o ensino básico entre 2013 e 2022, com um caso particular de um estudante que concluiu o ensino médio em 1979. A inclusão desse único estudante não afetou nossa amostra, permitindo-nos retratar uma realidade recente do ensino básico, refletindo o atual momento da educação.

5 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Para elaboração das questões deste formulário, as dividimos em categorias. Inicialmente, buscamos identificar algumas informações básicas sobre os participantes, como a cidade em que cursaram o ensino médio, o ano em que concluiu e o atual curso de graduação.

Dessa forma, obtivemos respostas de ex-alunos de 17 cidades do estado de Pernambuco, a maioria dos quais concluiu predominantemente entre os anos de 2013 a 2022, com a distribuição concentrada nos últimos 5 anos, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Ano de conclusão

1.2) Você concluiu o ensino médio em qual ano?

38 respostas



Fonte: O autor (2023).

Desse total de participantes 81,6% foram estudantes da rede pública de ensino, enquanto 18,4% provieram da rede privada. Desse grupo, 78,95% eram alunos das licenciaturas em física, química, matemática e pedagogia, e 21,05% cursavam ciências econômicas, design, comunicação social e bacharelado interdisciplinar do CAA.

Como mencionado anteriormente, o sujeito da pesquisa se concentra nos estudantes que conseguiram garantir uma vaga em uma universidade pública. No entanto, é importante reconhecer que não incluímos aqueles que desistiram dos estudos devido a desafios como agressões no ambiente escolar, conforme observado por Wiliam Peres (2009), essa limitação na nossa amostra pode afetar a

representatividade e precisão dos resultados.

Na segunda categoria de perguntas, buscamos identificar o nível de conhecimento que cada participante tinha a respeito de gênero e de sexualidade. Os participantes tiveram a oportunidade de marcar todas as opções que fossem aplicáveis em uma caixa de seleção, incluindo: ser ou se identificar como Cisgênero; ser ou se identificar como Transgênero; ser ou se identificar como heterossexual; ser ou se identificar como LGBTQIAPN+; heteronormatividade; LGBTfobia; violência de gênero; violência LGBTfóbica. Os resultados estão apresentados no gráfico 2.

Gráfico 2 – Conhecimentos a respeito de gênero e de sexualidade



Fonte: O autor (2023).

Foi possível observar que a maioria dos participantes possui algum conhecimento sobre termos relacionados a gênero e sexualidade. Entretanto, destaca-se que uma parcela significativa não está familiarizada com o termo 'heteronormatividade', o que pode indicar um conhecimento superficial sobre questões de gênero e sexualidade, assim como sobre as relações de poder associadas ao binarismo, conforme abordado por Scott (1989).

Ao ser perguntado se sentiria algum tipo de vergonha ou constrangimento em responder um questionário sobre problemas relacionados a gênero e sexualidade, 13,2% dos participantes responderam que às vezes experimentavam algum tipo de desconforto. Esse dado alinha-se com o pensamento de Louro (2001) *apud* Felipe e Bello (2009, p. 149) que descreve o ambiente escolar como um espaço de ocultamento de outras sexualidades fora da norma heteronormativa, gerando o receio

de julgamento por não seguir o padrão social.

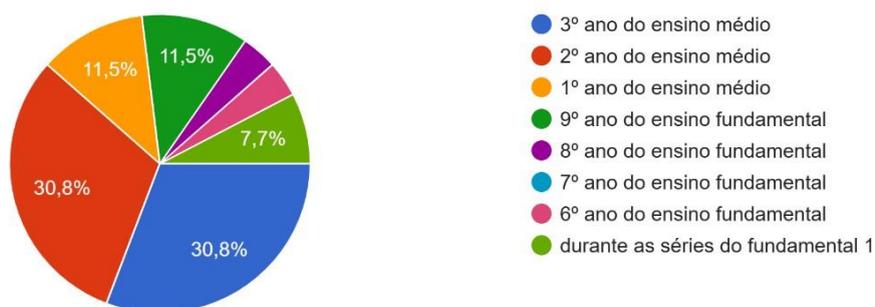
Na terceira categoria de perguntas, aprofundamos sobre se os participantes já sofreram ou presenciaram atos de LGBTfobia no ambiente escolar. Surpreendentemente, 68,4% afirmaram ter vivenciado ou testemunhado atos LGBTfóbicos em ambientes escolares. Junqueira (2009) destaca que essas experiências muitas vezes se somam a fatores externos à escola, fragilizando a base emocional dos estudantes, que deveriam encontrar apoio no ambiente escolar para lidar com a discriminação sistemática.

Dentro desse grupo, ao indagar sobre a época do ensino básico em que esses preconceitos ocorreram, evidenciou-se que boa parte deles se manifestou durante o ensino médio, com uma incidência mais significativa nos últimos anos dessa etapa. Esse número decresce à medida que o ano escolar diminui, sugerindo uma possível relação cronológica com a maturidade e puberdade/adolescência dos estudantes e sua compreensão dos acontecimentos no decorrer do tempo, conforme demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Fase escolar em que ocorreram preconceitos LGBTfóbicos

6.1) Isso ocorreu em qual época da escola? foi no...

26 respostas



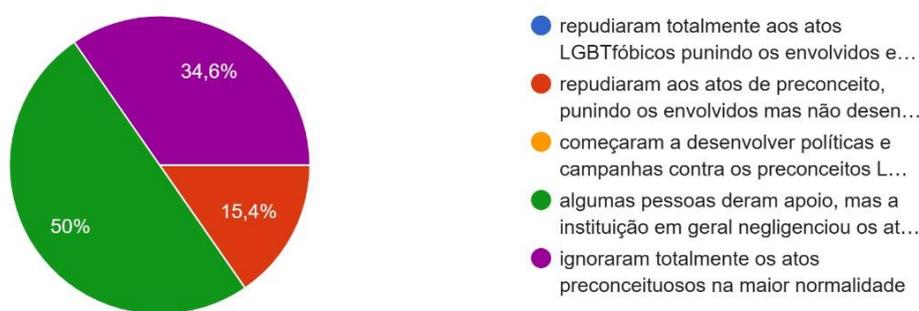
Fonte: O autor (2023).

Entre os participantes que vivenciaram ou testemunharam atos de preconceito relacionado à sexualidade e gênero, questionamos sobre a atuação geral da equipe escolar diante dessas situações, abrangendo gestão, professores e demais funcionários. Os resultados dessas percepções, revelaram que 50% desses participantes foram negligenciados pela equipe escolar, evidenciando um despreparo da instituição educacional em lidar com práticas pedagógicas de enfrentamento ao

preconceito. Em contraste, 15,4% experienciaram realidades diferentes, com a equipe escolar tomando uma posição geral em repudiar atos LGBTfóbicos na escola e punir os envolvidos, embora sem uma atuação significativa no desenvolvimento de políticas públicas. Adicionalmente, 34,6% dos casos relataram situações mais desafiadoras, onde os atos preconceituosos foram completamente ignorados como algo normal, conforme ilustrado no gráfico 4.

Gráfico 4 – percepção da atuação da equipe escolar diante de casos LGBTfóbicos

6.2) Como foi a atuação geral da equipe escolar (professores, gestão,...) diante da LGBTfobia?
26 respostas



Fonte: O autor (2023).

Esses resultados nos mostram um pouco do despreparo ainda existente em algumas escolas para lidar com preconceitos motivados por gênero e sexualidade, evidenciando a falta de formação entre os profissionais da educação e a ausência de políticas públicas para o enfrentamento do preconceito LGBTfóbico. Quando o estudante tem que frequentar uma escola onde a própria instituição não dispõe de políticas para sua proteção, a escola se transforma em um ambiente prejudicial em diversos aspectos, chegando ao ponto de anular esses estudantes, deixando-os sem expectativas futuras, devido à falta de representatividade (Reis; Pinho, 2016).

Podemos perceber essas deficiências através dos relatos apresentados pelos participantes desta pesquisa. Uma delas foi a participante A em que relatou:

“A LGBTfobia em grande parte partia da própria instituição, repúdio a afetos entre LGBTs, como abraços, por parte de uma coordenadora, ameaça de revelar pra família de uma estudante sua orientação sexual se a mesma não os comunicasse, além do pedido da própria diretora para que eu não deixasse tão na cara minha relação com minha namorada.”

Em seu discurso, a participante A deixa evidente como a instituição de ensino interferiu negativamente na vida dessas estudantes, de maneira antiética e pouco profissional, buscando invisibilizar o relacionamento homoafetivo. Essa invisibilidade, conforme destacado por Santos (2019, p. 86) “busca a todo custo negar a existência de estudantes LGBT no espaço escolar, com objetivo de silenciar qualquer voz que pretenda se colocar fora do padrão heteronormativo.” Isso ocorre porque a escola é um espaço de relações de poder, onde se propagam visões de mundo e concepções sociais. Nesse contexto, é fundamental a implementação de medidas que garantam dignidade e respeito a todos, sem distinção de raça, etnia, sexualidade e gênero. Outro caso semelhante aconteceu com participante B quando relatou o seguinte:

“Uma situação que me marcou muito no meu ensino médio, foi presenciar como a escola agiu mal em relação a um casal de mulheres, onde chamaram os pais de cada uma para conversar e contar, tirando assim elas a força "do armário" criando uma situação totalmente desnecessárias para as meninas. E uma outra, situação bastante marcante foi que havia uma trans na escola e a instituição de ensino fazia questão de chamar pelo nome masculino e proibindo de usar banheiro feminino. Sem intervir com as preconceitos que os colegas de classe dela fazia.”

Nesse relato, fica claro a falta de compromisso com as políticas educacionais e a falta de capacitação entre a equipe escolar, o que ainda é comum em algumas escolas. Isso deixa evidente a ocorrência de violações dos direitos individuais, que são garantias fundamentais, conforme estabelecido no Artigo 5 da Constituição Federal (Brasil, 1988). Esse relato destaca a grande necessidade de formação para os profissionais da educação para construir um clima organizacional saudável para todos. Além disso, é fundamental o engajamento desses profissionais em cursos de formação oferecidos pelo estado, com ênfase na temática de gênero e de sexualidade, para superar a falta de conhecimento que muitas vezes se torna prejudicial, como observado no relato do participante B. Medidas como essas podem contribuir para reduzir casos de invisibilidade, transfobia, e diversas outras violações e formas de preconceitos, promovendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas e a melhoria da qualidade do clima organizacional escolar. Pois “o atual contexto social requer uma gestão escolar democrática, aberta e atenta às transformações sociais. Além disso, é necessário que os/as gestores/as escolares estejam cientes das políticas públicas educacionais e suas responsabilidades” (Santos, 2019, p. 127-128).

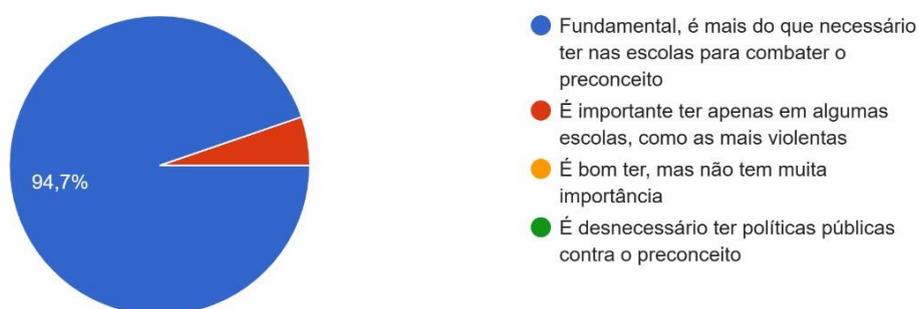
Na última categoria, buscamos investigar a percepção da presença de políticas públicas educacionais conforme a visão de cada participante, analisando-as sob

diversas perspectivas. Em uma das questões, procuramos saber como eles consideram a existência de políticas públicas para o combate ao preconceito de gênero e sexualidade. Nesse sentido, 5,3% acharam importante que essas políticas existissem apenas em algumas escolas consideradas mais violentas, enquanto expressivo 94,7% dos participantes consideraram fundamental a presença dessas políticas em todas as escolas para combater o preconceito, conforme apresentado detalhadamente no gráfico 5.

Fica evidente a unanimidade entre os participantes quanto à importância de trabalhar com políticas públicas educacionais para o enfrentamento dos preconceitos LGBTfóbicos, e a ausência de pessoas que considerem desnecessária essa atuação.

Gráfico 5 – Percepção de políticas públicas ao combate à LGBTfobia no ambiente escolar

7) Qual percepção você tem sobre políticas públicas no combate ao preconceito LGBTfóbico?
38 respostas



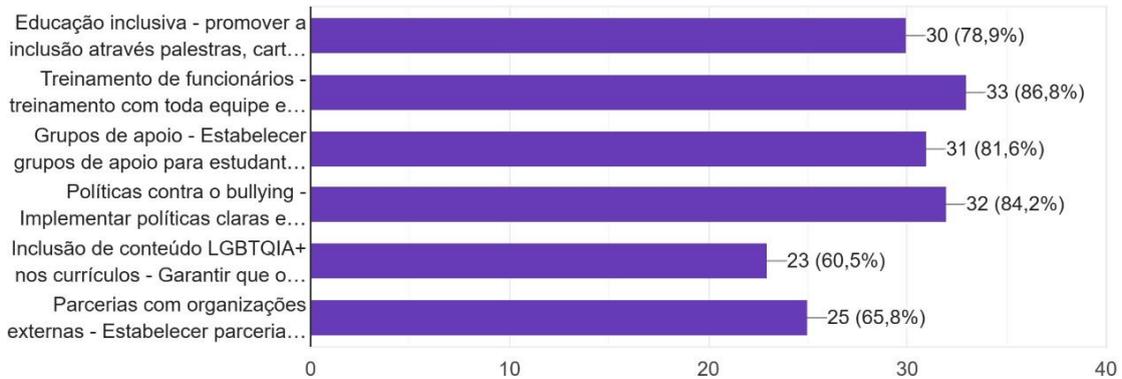
Fonte: O autor (2023).

Na sequência, entre os participantes, buscamos conhecer a perspectiva deles sobre quais políticas públicas seriam importantes para serem adotadas pelas escolas. eles puderam selecionar quantas políticas considerassem relevantes dentre as opções disponíveis, que incluíam: Educação inclusiva; Treinamento de funcionários; Grupos de apoio; políticas contra o bullying; Inclusão de conteúdo LGBTQIAPN+ nos currículos; Parcerias com organizações externas. Os resultados são apresentados no gráfico 6.

Gráfico 6 – Políticas públicas que consideram ser importante

8.1) Quais políticas públicas você considera importante no combate ao preconceito LGBTfóbico e que deveria implementar na escola?

38 respostas



Fonte: O autor (2023).

A análise do gráfico 6, revela que mais da metade dos participantes considerou todas as opções de políticas educacionais como fundamentais. Dentre essas opções, a qualificação dos funcionários foi apontada como a mais importante, com 86,8% dos participantes considerando essa medida como essencial.

Diante dessas avaliações, buscamos compreender se as instituições onde os participantes concluíram o ensino médio adotavam algum tipo de política pública para o enfrentamento dos preconceitos, conforme evidenciado no gráfico 7.

Gráfico 7 – Existência de políticas contra LGBTfobia

8) Nessa escola que você estudava existia política pública para o combate aos preconceitos LGBTfóbicos?

38 respostas



Fonte: O autor (2023).

Os dados revelados pelas percepções dos participantes apontam para a representação de 63,2% que se posicionam a favor da implementação de políticas públicas no combate ao preconceito, reconhecendo sua essencialidade na construção de um ambiente escolar mais respeitoso. No entanto, ainda enfrentamos o desafio significativo de lidar com 36,8% das instituições que não adotaram políticas públicas para enfrentar qualquer forma de preconceito, indicando uma porcentagem considerável de locais que não desenvolveram iniciativas nesse sentido.

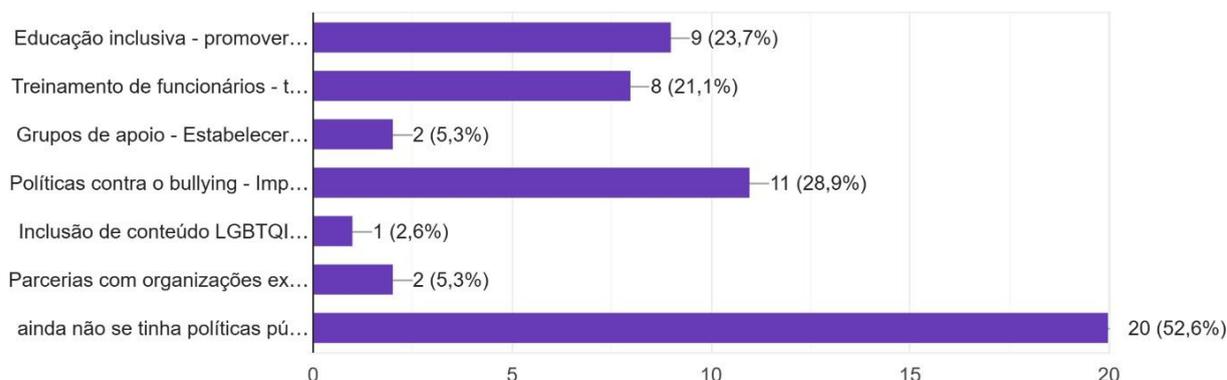
Focando especificadamente em políticas públicas voltadas para preconceitos relacionados a gênero e sexualidade, deparamo-nos com uma situação preocupante. Surpreendentemente, 86,8% das instituições não implementaram políticas públicas direcionadas à discriminação LGBTfóbica, enquanto apenas 13,2% buscaram incorporar em suas práticas o combate aos preconceitos de gênero e sexualidade. Esses dados evidenciam a forte ausência de ações da gestão escolar na formulação de projetos e políticas públicas educacionais que promovam a equidade de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Na sequência, procuramos identificar quais medidas de políticas públicas mais se aproximam das ações efetivamente implementadas pelas escolas em que os participantes vivenciaram o Ensino Médio. Os resultados obtidos evidenciam a discrepância na ausência de medidas específicas de combate ao preconceito de gênero e de sexualidade. Mais da metade dos participantes afirmou que, na escola onde concluíram o ensino médio, não foram adotadas práticas pedagógicas nesse sentido, conforme apresentado no gráfico 8.

Gráfico 8 – aproximação das políticas públicas aderida pelas escolas

8.2) Quais dessas políticas públicas para o combate ao preconceito LGBTfóbico que mais se aproxima ser adotado pela escola nos anos que você estudava? (marque o quanto for necessário)

38 respostas



Fonte: O autor (2023).

Conforme ilustrado no gráfico 8, observa-se que mais da metade das escolas não adotaram qualquer tipo de prática pedagógica para enfrentar e reduzir os preconceitos LGBTfóbicos. Um número reduzido de escolas começou a implementar ações visando promover esse cuidado em suas abordagens.

Em seguida, uma das últimas perguntas relacionadas a políticas educacionais tinha o propósito de entender se os participantes conseguiram perceber ou sentir os efeitos dessas políticas em suas escolas. Dentre os 38 alunos, 78,9% responderam que não conseguiram perceber ou sentir esses efeitos ocorrendo, enquanto 21,1% afirmaram positivamente que era possível notar ou sentir os efeitos dessas políticas públicas no cotidiano escolar. Ao indagar se eles sentem que a escola está preparada para lidar com a diversidade e pluralidade de sexualidade e gênero, como mostra o gráfico 9.

Gráfico 9 – Percepção sobre o preparo da escola em lidar com a pluralidade

11) Você sente que a escola está preparada em lidar com a diversidade e pluralidade abordada nessa pesquisa?

38 respostas



Fonte: O autor (2023).

Pode-se observar que apenas 13,2% das escolas apresentam algum avanço nas políticas públicas para combater a LGBTfobia no ambiente escolar, enquanto 15,8% estão progredindo em direção à construção de um ambiente saudável de convivência com todos. No entanto, ainda há um percentual significativo de instituições que pouco contribuem para a promoção de um ambiente inclusivo, indicando que há muito a avançar no meio educacional para promover a inclusão e a qualidade organizacional saudável para todos que compõem o ambiente escolar.

Com isso, torna-se evidente que há processos de implementação de políticas públicas voltadas para combater preconceitos de gênero e sexualidade, mas essas iniciativas ainda estão no início e estão sendo implantadas lentamente por alguns gestores escolares. Isso representa o início de um progresso na construção de um clima organizacional comprometido com a equidade de gênero e sexualidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos nossa pesquisa, identificamos que, mesmo com o progresso e o acesso à informação, ainda são frequentes os casos de preconceitos relacionados a gênero e sexualidade no ambiente escolar. Esses episódios muitas vezes estão associados à falta de atuação da gestão em lidar com essa problemática, o que motivou a necessidade de estudar a percepção dos estudantes sobre a atuação da equipe escolar diante da LGBTfobia.

Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa foi analisar, por meio das percepções de alunos egressos de escolas públicas e privadas, as ações por parte da gestão escolar no combate à LGBTfobia. Os objetivos específicos foram delineados em mapear os desafios encontrados na atuação da equipe escolar e verificar a atuação da equipe diante dos preconceitos LGBTfóbicos. Alcançamos esses objetivos por meio da pesquisa e da análise de dados.

Ao longo do estudo, observamos os pequenos e importantes passos dados em relação ao incremento de políticas em algumas escolas, tais como medidas de combate ao bullying, incluindo o bullying relacionado à orientação sexual e identidade de gênero, e a implementação da Educação inclusiva, selecionada por eles como a que mais se aproximava de sua percepção presente nas escolas. No entanto, concluímos, por meio de suas falas, que essa ainda não é a realidade em muitas escolas. Observamos pelos relatos e dados coletados que a maioria dos estudantes ainda não conseguiu sentir a presença e os impactos das políticas e práticas pedagógicas que visam combater a LGBTfobia, o que mostra que ainda existe muita resistência no meio escolar, dificultando a construção de um ambiente escolar saudável e livre de preconceitos.

O levantamento dos resultados proporcionou insights importantes, mostrando o impacto das ações existentes no combate ao preconceito LGBTfóbico nas percepções dos estudantes, delineando um panorama do andamento das ações por parte da gestão escolar em relação à equidade de gênero e sexualidade.

Dessa forma, concluímos que, pela percepção dos estudantes, embora tenhamos observado progressos na implementação e percepção das ações que visam reduzir o preconceito, ainda percebemos que há um longo caminho a percorrer para alcançar uma gestão cada vez mais comprometida com a construção de ambientes escolares inclusivos e livres de preconceitos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Gestão da Educação com Justiça Social. Que Gestão dos Injustiçados?. **RBPAE**, v. 36, n. 2, p. 768 - 788, mai./ago. 2020.
- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça*. **cadernos pagu** (53), 2018:e185306
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 Mar. 2024.
- FACCO, Lúcia (2009). As “Diferenças” na Literatura Infantil e Juvenil nas Escolas: para entendê-las e aceitá-las. *In* Junqueira, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a Homofobia nas Escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. (pp. 325-336).
- FELIPE, Jane; BELLO, Alexandre Toaldo (2009). Construção de Comportamentos Homofóbicos no Cotidiano da Educação Infantil. *In* Junqueira, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a Homofobia nas Escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. (pp. 141-155).
- GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed. São Paulo: ATLAS, 2002.
- GIL, Antônio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: ATLAS, 2008.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz (2009). Homofobia nas Escolas: um problema de todos. *In* Junqueira, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a Homofobia nas Escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. (pp. 13-43).
- MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21ªed. Petrópolis: VOZES, 2002.
- MISKOLC, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”*. **cadernos pagu** (53), 2018:e185302
- PERES, William Siqueira (2009). Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. *In* Junqueira, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a Homofobia nas Escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. (pp. 235-262).

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros Não-Binários: Identidades, Expressões E Educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, Jan./Abr. 2016. <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>

SANTOS, Émerson Silva. LAGE; Allene Carvalho. Lgbtfobia Na Escola: Implicações Da Gestão Escolar. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 26, p. 95-108, jan.-abr. de 2018.

SANTOS, Émerson Silva. **Lgbtfobia na educação e a atuação da gestão escolar**. 1ªed. Curitiba: APPRIS, 2019.

SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo. Didática, gênero, sexualidade: contribuições à formação docente. **Revista Tópicos Educacionais**, Recife, v. 28, n. 2, p. 20-44, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2448-0215.2022.251024>. Acesso em: 03 abr. 2024.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. 1989

SEFFNER, Fernando (2009). Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. *In* Junqueira, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a Homofobia nas Escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. (pp. 125-137).

SILVA, Eliene Pereira da. A Importância Do Gestor Educacional Na Instituição Escolar. **Revista Conteúdo**, Capivari, v.1, n.2, jul./dez. 2009 – ISSN 1807-9539

SOUSA FILHO, Alípio de (2009). Teorias sobre a Gênese da Homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. *In* Junqueira, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a Homofobia nas Escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. (pp. 95-119).